



RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

SÃO PAULO, 2014
SÉRIE CONHECER PARA SUPERAR

REALIZAÇÃO: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

PRODUÇÃO: Ester Lisboa e Clarisse Braga

REVISÃO: Thiago Ansel

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Raissa Palamarczuk

COLABORADORAS: Iyalorixá Cristina d'Osun

Ilcélia Soares

Ivone Gebara

Priscila Cardoso

Raquel Catalani

Sarah de Roure

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço | www.koinonia.org.br

Rio de Janeiro – RJ
Rua Santo Amaro, 129
Glória 22211-230
Telefone: (21) 3042 6445

Salvador – BA
Travessa da Ajuda s/no -
Ed. Martins Catharino, sala 705
Tororô - 40050-120
Telefone: (71) 3266 3480

São Paulo – SP
Rua Barão de Itapetininga, 120, sala 307
República - 01042-020
Telefone: (11) 3667 9570



SUMÁRIO

Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência 5

Religião e Violência contra a mulher

Iyálorixá Cristina d’Osun..... 9

Violência doméstica e religiosa contra crianças e adolescentes: interface na violência de gênero

Ilcélia Alves Soares13

A Grande Mãe

Ivone Gebara17

Religião e violência contra a mulher: sacralização da violência, des-reconstrução hermenêutica e espiritualidade libertária

Priscila de Oliveira Cardoso Pereira 21

Mari Gaila, Teresa, Luzia, Fernanda... na sociedade da barbárie

Raquel Lima Catalani 25

Movimento de Mulheres e as religiões: diálogos possíveis

Sarah de Roure 29

Depoimento 100 amigas(os) 34



REDE RELIGIOSA DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço - que completa duas décadas em 2014 - inicia a organização da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência apostando no potencial das comunidades religiosas para o acolhimento, buscando transformá-las em espaços de informação e prevenção da violência contra mulheres de diferentes faixas etárias. Para isso, a rede se propõe a discutir relações de gênero com lideranças religiosas de diferentes tradições para que essas incidam nas políticas públicas.

A INICIATIVA DE CRIAR ESTA REDE NASCEU DA NECESSIDADE DE TRABALHAR O TEMA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DENTRO DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS QUE, TRADICIONALMENTE, LEGITIMAM ESSES ATOS POR MEIO DE UMA CULTURA DE FÉ PATRIARCAL, AINDA QUE A PRESENÇA FEMININA SEJA MAJORITÁRIA NESTES ESPAÇOS.

De acordo com a atualização do Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil, divulgada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a cada cinco minutos uma mulher é agredida no Brasil e, muitas vezes, isso acontece no espaço privado. Essas vítimas procuram conforto nos meios religiosos, porém, muitas ainda não percebem estes ambientes como espaços onde podem se sentir seguras para buscar apoio e denunciar a violência vivida dentro de casa.

As comunidades de fé desempenham um papel muito importante, pois têm presença

de longo prazo em regiões marginalizadas e em situações de risco social e, por isso, podem influenciar o comportamento e atitudes das pessoas, na prestação de cuidados e aconselhamento, através da construção de relações de confiança e respeito.

A participação ativa de religiosos e suas comunidades na rede de proteção às mulheres em situação de violência pode, além de promover uma incidência nas políticas públicas previstas na legislação brasileira, também estabelecer um canal de apoio, acolhida e orientação. A Rede Religiosa de Proteção à Mulher desenvolverá:

- Ações interculturais e inter-religiosas para promover incidência pública e propor políticas públicas específicas para as mulheres com outras redes governamentais e não governamentais para o enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Proteção, articulação, mobilização e proposição de políticas públicas específicas para as mulheres, atuando junto à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Debates com homens e mulheres sobre enfrentamento a violência contra as mulheres nas comunidades religiosas, com diferentes parceiros da sociedade civil e órgãos públicos.
- Ações de incidência pública em agendas governamentais e da sociedade civil de mobilização para enfrentamento da violência contra as mulheres.
- Grupos de apoio a homens agressores, com foco na Lei Maria da Penha, como preconiza a Secretaria de Políticas para Mulheres.

PARA PARTICIPAR, ESCREVA PARA: **saudedireitos@koinonia.org.br**

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Somos mulheres que entendemos o mundo circularmente, onde uma vê a outra, seja onde for; porém, muitas de nós não conseguem lidar com a violência de forma coletiva. Vive intensamente sua violência sem dividi-la com seu grupo, até o momento crucial da interferência social religiosa, pois somos fórmula viva da ancestralidade e da continuidade fora desta vida na terra. E a partir deste pensamento, tudo muda quando o coletivo interfere em alguma situação de violência contra uma mulher que tem a sua religiosidade nas tradições de descendência africana seja Umbanda, Candomblé ou outra.

Acreditamos que o nosso corpo é o nosso templo e para que tudo fique em equilíbrio, este corpo não pode sofrer danos na sua saúde mental e nem física, pois se isto acontecer levará a não comunhão com os Orixás. É por isto que quando identificados estes sintomas há a interferência do coletivo religioso.

Várias vezes somos chamadas para auxiliar nos casos de violência contra as nossas mulheres ou mesmo mulheres no entorno de nossas comunidades. Temos que estar a par das leis para poder questionar e auxiliar da melhor forma estas mulheres, porque muitas vezes também temos nossos direitos violados simplesmente por estarmos com um pano na cabeça ou nossos megereguns (fios de contas).

Temos vários depoimentos de mulheres que relatam suas mazelas e dores, sejam vindas de seus maridos, amasios, pais, empregadores. Muitas vezes, a violência vem em forma de intolerância religiosa, racismo, preconceitos em vários temas e níveis,


IYALORIXÁ CRISTINA D'OSUN

LÍDERANCA RELIGIOSA DO ILÉ ASÉ IYALODE OYO, COORDENADORA DA RENAFRO
NÚCLEO SÃO PAULO, COORDENADORA DO GT MULHERES DE AYÉ
RENAFRO - SÃO PAULO, YOLUNTARIA NA ASSISTENCIA
RELIGIOSAS DO CRT DO ESTADO DE SÃO PAULO

que levam muitas vezes estas mulheres a viverem à margem da sociedade, sem perceptiva de vida. E é aí que entra o egbé (comunidade), dando vida e valorizando esta mulher para que ela tenha um novo caminho.

No ano passado, a comunidade religiosa afro-brasileira sofreu com a morte de Iyalorixá Mukunby (63 anos), liderança religiosa de tradição de matriz africana, ativista do movimento negro de Londrina-PR, juntamente com outras duas gerações de sua comunidade religiosa, sua Mãe (86 anos) e sua Neta (10 anos). Usurpando assim a continuidade de toda tradição afrodescendente daquela família.

Temos outros tantos relatos, como no IX Seminário Nacional da RENAFRO (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileira e Saúde) em abril de 2013, quando uma liderança religiosa feminina pede a fala para denunciar o que acontece em seu estado (Manaus):

- 
- Mulher afrodescendente de tradição religiosa africana, acorda no meio da madrugada e vê sua casa sendo queimada, por homens e mulheres de outra tradição religiosa.
 - Mulher acriana é atacada no ponto de ônibus por estar com pano na cabeça.
 - Casa de axé é vítima de denúncia anônima por tráfico de pessoas e cárcere privado em São Paulo.

Somos mulheres que vivemos em redes de solidariedade, auxiliando outras mulheres a quererem ter uma melhor qualidade de vida, saindo do vício das falas e comportamentos “de que tudo vai melhorar”.

Hoje com a lei Maria da Penha, fica mais harmoniosa a nossa intervenção enquanto liderança religiosa. Nos casos de adeptas, as chamamos para uma conversa, as levamos para registrar uma denúncia e, a partir daí, damos todo o apoio necessário para que elas fiquem na rede de proteção das religiões afro-brasileiras.

Sabemos que muitas voltam para seus homens e retiram a queixa, e fazendo isto, não mais intervimos, mas monitoramos e auxiliamos sempre que a vítima queira. Na circularidade, o importante é sabermos lidar com esta situação de dependência do outro e auxiliar a vítima a se sentir forte para o recomeço.

Entendemos que a mulher seja ela de qual etnia, descendência ou vivência, tem direito a ter uma vida melhor e a usufruir das leis constitucionais de nosso país, mesmo sabendo que temos os vícios sociais que colocam o feminino ainda hoje neste início de século, em patamares inferiores ao do sexo masculino. Portanto, é de importância fundamental para nós lideranças religiosas de matriz africana auxiliar a desconstrução destas ideias sociais que nos colocam como inferiores ao sexo masculino, pois somos comunidades matriarcais.

Sendo a vítima negra, temos ainda outros temas a desassociar do psicológico social brasileiro. A circularidade permite nos olharmos e nos ajudarmos, mas ainda temos que falar, aprender e ensinar a amabilidade e a amorosidade para construirmos um mundo melhor ao nosso redor. Agradeço a oportunidade de poder compartilhar com as senhoras e senhores leitores os nossos avanços e desafios neste tema tão polêmico.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELIGIOSA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: INTERFACE NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

“Mães zelosas, pais corujas / Vejam como as águas / De repente ficam sujas... /
Transformai / As velhas formas do viver / Ensinai-me, oh, pai /
O que eu, ainda não sei / mãe senhora do perpétuo / Socorrei!...”

Gilberto Gil

No Brasil, a discussão sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes surge nos anos 80 com a atuação de pediatras, criando as primeiras agências especializadas no atendimento aos infantes. No final dos anos 80 e início de 1990, as Organizações Não Governamentais contribuíram para tirar a violência doméstica da invisibilidade, com o apoio de Movimentos Sociais Feministas e dos Direitos Humanos.

Por sua vez, a violência doméstica contra crianças e adolescentes coexiste nas relações com abuso de poder, na convivência desigual e adultocêntrica, em meio à pessoa adulta/autora de violência (sujeito e

produtora de violência) e criança-adolescente/pessoa em situação de violência (objeto de violência). Nesse caso, violência essa que encontra lugar de manifestação na comunidade, na casa, na família e na igreja e/ou nas comunidades de fé.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes deixa marca tanto nas meninas quanto nos meninos, e se caracteriza como fenômeno recorrente

ILCÉLIA ALVES SOARES

PSICÓLOGA, MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA NA ÁREA DE FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL PELA UNICAP,
ESPECIALISTA EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA USP,
TECLOGOS, PROP. CONVIVÊNCIA DO SEMINÁRIO ANGIICANO DO BRASIL, IEAB,
CONVATO DIÓCESANO DO SERVIÇO ANGIICANO DO BRASIL, IEAB,
E DESENVOLVIMENTO, SÁDIO NA DIÓCESE ANGIICANA DO BRASIL, IEAB,
DO RECIFE, DAR E MEMBRO DA SECRETARIA
DE DIACONIA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS DA DAR.

te. Os meninos sofrem mais violência física doméstica, na infância; e as meninas, também na adolescência; e a sua “taxa de recidivas é de 50% a 60%, quando não se instauram as medidas de proteção”.

As pessoas autoras de violência doméstica são homens e mulheres que exercem funções parentais, de quem crianças e adolescentes dependem, e em quem confiam. O homem aparece predominantemente como autor de violência física e sexual e a mulher como a autora de violência física e psicológica doméstica contra crianças e adolescentes.

No momento, em que a mulher e mãe se destaca como a autora de violência doméstica com seus filhos e filhas, o que é percebido e identificado é que essa conjuntura diz respeito a um ciclo maior em que todas as pessoas são atingidas: de forma padronizada o homem/marido violenta tanto a mulher/esposa quanto os filhos e as filhas, e a mulher/mãe, por sua vez, violenta os filhos e as fi-

lhas. O pai estabelece relação violenta com a mãe e, por conseguinte, desencadeia violência da mãe para com os filhos e/ou filhas.

Partindo da premissa de que tanto a violência contra a mulher, quanto a violência doméstica contra crianças e adolescentes acontecem em ciclo, e estes são marcados por fases, sua manifestação ocorre, de acordo com cada relação estabelecida pelo casal, e pela família: entre pessoas adultas e entre mães/pais e filhos e filhas.

Nessa configuração, em que os pais e as mães aparecem como autoras e autores de violência, e os filhos e filhas como pessoas em situação de violência, a postura dos sujeitos da violência com relação a filhos e filhas é marcada por abuso de poder, sendo esse poder legitimado como disciplinador e natural, ou até mesmo como preceito divino.

O fato da violência doméstica aparecer como algo “natural”, provavelmente sinaliza não somente a banalização da violência na sociedade, como também a legitimação dessa violência no seio das famílias (independentemente do credo religioso) como algo que faz parte da educação doméstica e da orientação bíblica, em que as pessoas adultas exercem sua

autoridade como abuso de poder para educar crianças e adolescentes: batendo, castigando fisicamente, humilhando e exigindo obediência incondicional.

Os espaços familiares em que se defende o uso da força física como meio de educar, possibilitam que os pais e as mães ensinem seus filhos e filhas a aceitarem e aguentarem a violência como algo natural, apropriado para seu processo educativo e religioso. Geralmente a dinâmica de uma família que vive em situação de violência doméstica aponta para relacionamentos conflituosos nos subsistemas; tanto entre o casal parental, quanto entre os pais, as mães, e os filhos e as filhas.

Contudo, nos casos em que a mulher e mãe aparecem como autora de violência, ela admite ter cometido a violência doméstica contra seus filhos e filhas, e afirma ter ido em busca de ajuda, seja na ONG, seja no conselho tutelar, na psicoterapia com a psicóloga, e/ou na igreja. Com isso, pode-se considerar que essas mulheres há muito tempo não compactuam em manter a violência silenciada; Elas rompem com o pacto do silêncio.

No cotidiano, as famílias trazem em suas falas, a presença do religioso, da “ajuda divina e misericor-

diosa” para educar seus filhos e filhas. Paradoxalmente, observa-se que a mesma família pode fazer uso de uma retórica religiosa com apelo a Bíblia como forma de justificar as violências cometidas por pais e mães. Lideranças das comunidades de fé também não estão isentas de exercerem um abuso de poder religioso respaldado em textos da Bíblia na defesa da perpetração da violência física contra meninas e meninos reproduzindo o mesmo modelo que está na sociedade: a violência de gênero.

Diante disso, as comunidades de fé e as casas de formação religiosa, têm a responsabilidade de desconstruir, desmitificar os ensinamentos de textos bíblicos que são interpretados equivocadamente sobre as mulheres e as meninas e sobre as violências. Alguns destes textos bíblicos são utilizados para legitimar as violências, geralmente, lidos e usados por alguns fiéis e lideranças, ainda hoje, fora de contexto e da cosmovisão da época em que foram escritos.

A igreja é convocada para o seu papel profético. Olhar

para o problema e denunciá-lo. Sair às ruas, colocar-se ao lado das mulheres, meninas, meninos e das organizações que atuam na busca da justiça, da inclusão, da saúde e da vida – direitos de cidadania, que serão obtidos através da consciência e da mobilização popular.

Cabe às comunidades de fé a responsabilidade de pensar profundamente sobre seu papel sociopolítico, pedagógico e cultural na prevenção e no enfrentamento das violências contra as mulheres, meninas e meninos.

A GRANDE MÃE

A ligação entre a palavra 'religião' e a palavra 'poder' pela conjunção 'e' nos faz pensar numa velha e conhecida relação mais ou menos conflitiva. A religião como uma 'velha senhora' e o poder como um 'velho senhor' unidos desde muito tempo, depois de passarem por crises as mais diversas e beligerantes, acabam sempre novamente por se darem as mãos numa especial coabitação. É como se, apesar de brigarem, não pudessem viver um sem o outro.

Não se pode contar todos os episódios que conhecemos dessa união. Imaginem se cada pessoa fosse pesquisar as velhas estórias e histórias desse casamento de bodas sem fim! Não haveria mais espaços nos livros e nas revistas especializadas.

Por isso, vou falar apenas de alguns aspectos dessa união.

Gostaria de contar alguma coisa sobre a patriarcalização da religião e de como se transformou em poder de dominação. Patriarcalização é um nome pesado como o próprio conteúdo da palavra. É a transformação das relações humanas em relações hierárquicas de poder, dominadas especialmente pelas figuras masculinas. É claro que as mulheres também entraram nesse processo e à sua maneira reproduziram e reforçaram esse sistema.

Quero imaginar que no começo não foi assim. Talvez, mais uma vez eu esteja usando o artifício da imaginação para falar de um passado desconhecido ou incerto. Meu propósito é pensar relações diferentes para o

IVONE GEBARA

FREIRA CATÓLICA, FILÓSOFA E TEÓLOGA FEMINISTA BRASILEIRA.
IVONE É LIGADA À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E JÁ FEZ DURAS
CRÍTICAS À DOCTRINA MORAL DA IGREJA.

presente e para o futuro. A imaginação serve também para a gente pensar e promover alternativas de vida que parecem utópicas, mas que na realidade, com boa vontade e convicção, poderiam ser até possíveis.

A Terra era feminina, a Grande Mãe

No principio existia a Terra habitada por muitos seres diferentes e também pelos seres humanos. Um sentimento de gratidão, de admiração e de espanto, misturado a outros tantos, caracterizava o comportamento humano. A terra produzia frutos e flores das mais variadas espécies; as águas eram cristalinas e estancavam generosamente a sede de quem se aproximasse das nascentes, dos rios, das cascatas e dos lagos. Sapos, formigas, pássaros e borboletas seguiam seu ciclo de vida e conviviam com suas características próprias.

Quem nos dava tantos dons? De onde teriam vindo as belas coisas que podíamos apreciar? Quem fazia

brotar as flores, dava força aos animais e aos humanos para se reproduzirem? Perguntas não faltavam. O que se observava era que tudo guardava a marca de um mistério maior que se mostrava nas coisas mais simples da terra e dele tudo parecia provir.

A Terra, as águas, as árvores evo uma espécie de bipartidarismo passou a vigorar por um tempo...

Pouco a pouco o “imaginado” Deus dos Céus foi ganhando mais terreno até dominar quase toda a Terra. De reverência e encantamento os habitantes da Terra começaram a cultivar o medo e a obediência. O Deus dos Céus começou a ter representantes e estes em seu nome passaram a exigir uma porção de coisas para que as pessoas, depois de sua morte pudessem entrar no seu Reino Celeste. O esquecimento da Terra foi grande. Ela deixou de ser sagrada e venerada. Foi vendida, comprada, exaurida e destruída.

... e obrigaram vontades à submissão

O Deus dos Céus, o Invisível se adaptava a todas as ideologias e promessas... Os grandes do Mundo podiam utilizar-se de seu poder invisível

para fundar o seu poder visível. As divindades da Terra, ao contrário, não faziam promessas e não podiam lidar com aqueles poderes invisíveis. As esperanças da colheita estavam no sol, na lua, nas sementes, no cuidado com a terra, com a água, com as matas, com todos os habitantes... O cuidado da 'Grande Mãe' não fazia a guerra e não queria a guerra. A reverência não era conquistadora, não admitia exércitos nem fabricava armas. Essas divindades e valores terrenos foram então vencidos...

Os deuses dos céus agora fazem a luta entre eles mesmos. Do céu disputam pedaços de terra e até os espaços siderais. Do céu nomeiam ministros e representantes. Do céu fazem planos, projetos, leis e obrigam as vontades humanas a se submeterem.

Religião e Poder... um casamento difícil e fácil de entender. Mas, qual é o poder que a religião dá aos pobres, aqueles que têm tão pouco poder de decisão social? Qual é o poder que ela dá às mulheres, as maiores consumidoras das religiões patriarcais?

A religião patriarcal faz os pobres e entre eles as mulheres, acreditarem que 'alguém' com muito poder está interessado no seu problema imediato.

Ela faz os pobres apostarem na vida para além das evidências, pois as evidências revelam que os que têm poder não se interessam efetivamente pelo bem comum. Os pobres passam então a acreditar no poder do Deus Poderoso e Invisível como se este Invisível fosse o único confiável, o único que garantisse suas esperanças. Mas, quem é efetivamente esse Invisível, esse Deus Poderoso?

Ele é a imagem invertida da visibilidade da pobreza e do não-poder efetivo dos pobres no interior dos sistemas hierárquicos. Ele é a possibilidade de seu impossível poder... Ele é a doce ilusão dos que esperam sem esperança.

Agora, porém, voltados a sonhar eucaristicamente

Hoje, outro poder e outra religião são parte de nossos sonhos... Voltar à Terra, à convivência simples da vizinhança, aos laços de amizade...

Ser capaz de espanto, de admiração e reverência ao ver

que naquele jardim as flores
brotaram de novo, que um
beija-flor apareceu, que foi
possível ver as estrelas apesar
da poluição. Fazer memória dos
que amamos, contar de novo suas
histórias e misturá-las às nossas...
Sonhar em nós seus sonhos e suas
esperanças...

Então, de novo uma mulher misturou o fermento à
farinha e à água, fez pão, assou-o no fogo sagrado,
partiu-o, deu-o aos filhos e filhas e disse: “comam
sempre com alegria, isto é da Terra, isto é meu corpo
e seu corpo”.

FONTE: Revista Tempo e Presença, v.22, n.313, 2000.

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SACRALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA, DES-RECONSTRUÇÃO HERMENÊUTICA E ESPIRITUALIDADE LIBERTÁRIA

“Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2012, aconteceram 26,1 estupros a cada 100 mil habitantes, o que equivale a um total de 50.617 casos e a um aumento de 19% em relação a 2011. Já a taxa de homicídios foi de 24,3 por 100 mil, somando 47.136 crimes.” (Fonte: *Marcha Mundial das Mulheres*)

Os dados são alarmantes. Por mais que nós mulheres tenhamos avançado, alcançado novas perspectivas, conquistado novos espaços – que comparados aos direitos dos homens ainda são irrisórios, mas ainda assim, são avanços –, a violência contra a mulher só aumenta. Violência doméstica, estupros, homicídios, tantas formas de silenciamento a mulher e demonstrar poder sobre ela. O preocupante é que a violência tornou-se algo comum, foi banalizada, gerando assim, a “cultura da violência”, na qual não só o que violenta ou o/a violentado/a são tratado/as com indiferença, mas o/a próprio violentado/a é indiferente à situação em que se encontra (SOUZA, 2009, p. 31).

Podemos enumerar uma série de motivos para tentar entender a causa disso, mas o principal é termos

consciência que nossa cultura patriarcal e androcêntrica enxerga a mulher como um ser que precisa ser dominado, domesticado. O lugar da mulher na sociedade foi construído socioculturalmente a partir da visão masculina. Percebemos isso na forma como a biologia é essencializada, quando “[...] As características socialmente atribuídas ao homem e à mulher foram objetivadas, e geraram um masculino ‘naturalmente’ forte, onipotente, autônomo, racional, objetivo, dominador, e um feminino frágil, sem poder, dependente, emocional, subjetivo e dominado” (SOUZA,

2009, p. 32), fazendo com que essa “fragilidade feminina” seja naturalizada. Dessa forma, por sermos frágeis, emocionais e subjetivos, precisaríamos que os mais fortes e objetivos nos direcionem, tomem as decisões por nós. E a melhor forma de exercer esse poder, é através da violência, que acaba por fortalecer o ideal da dominação e onipotência masculina.

Parece fácil de entender essa dominação. Mas na verdade, muitas vezes passa despercebida. Há uma dominação simbólica que nos faz assimilar a violência como algo “natural”, que sempre existiu. “Homens são assim mesmo” ou “É o instinto masculino”.

Entretanto, o mais agravante nesse contexto de violência contra a mulher é a forma como a religião produz, reproduz e legitima essa violência simbólica. A hierarquia dos sexos, a sacralização de papéis socioculturalmente construídos, a submissão da mulher diante da superioridade do homem, todas

essas coisas em status de sagradas. A dominação do homem sobre a mulher é apresentada como designação divina (SOUZA, 2009).

As religiões, ao invés de destacarem-se pelas mudanças sociais no que refere-se à inferiorização da mulher, reforçam as representações domesticadoras, “traduzindo o ser mulher como ser virtuosa, o que implica dizer ser uma boa mãe, ser uma boa esposa, ser uma boa dona de casa, ser uma serva fiel na religião etc. [ou seja] implica reproduzir normas já objetivadas que reservam às mulheres alguns atributos: fragilidade, submissão, cuidado” (SOUZA, 2009, p. 48). A religião legitima a dominação, orientando as mulheres a permanecerem em seus casamentos marcados por violência doméstica, a se submeterem aos maridos violentos, se utilizando dos livros sagrados para dar autoridade a esses conselhos.

Na pesquisa de Valéria Cristina Vilhena (2009) – voltada ao campo religioso de mulheres evangélicas – na Casa Sofia, Jardim Ângela, São Paulo, observamos que:

- Aproximadamente 270 mulheres são atendidas mensalmente.
- 66,4% das mulheres se declaram católicas e 27,78% se declaram evangélicas (algumas esposas de pastores).

A profissional responsável pelo atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, afirma que as mulheres evangélicas “são mais resistentes por entenderem que devem suportar o sofrimento caladas e que o socorro delas vem da parte de Deus e não dos homens, mas a dura realidade é que estão adoecendo, enlouquecendo.” (VILHENA, 2009, p.17).

Diante dessas informações, qual é a proposta?

Aqui me coloco como feminista e como teóloga. Preciso entender que meu posicionamento não é apenas como feminista – que vai sempre lutar contra a opressão patriarcal – mas como teóloga – que vai se utilizar de ferramentas hermenêuticas pra des-reconstruir os textos sagrados, que sempre favoreceram os homens. Posiciono-me também como mulher religiosa, e posso afirmar que essa é a parte mais difícil diante de tanta reprodução e legitimação de violência contra a mulher.

É possível uma desconstrução dos textos que violentam as mulheres e a reconstrução dos mesmos para sua valorização e emancipação. Além disso, é possível uma espiritualidade libertária, que permita às mulheres terem voz e identificarem-se com os textos sagrados, suas vítimas e heroínas, e principalmente, com as referências para a nossa luta. Ao enxergarmos os textos em seus contextos socioculturais, e os aplicarmos ao nosso cotidiano, podemos encontrar o sen-

tido religioso para a nossa luta.

Por que trabalhar com textos sagrados na luta feminista? Me utilizarei do pedaço de um texto de Nancy Cardoso Pereira para a Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, que trata sobre violência contra as mulheres:

“[...] Lidar com narrativas de violência sexista a partir de textos antigos – como os textos bíblicos – apresenta duas dificuldades. Se, por um lado, se pode desculpar o texto justamente por ser antigo, ficando assim os relatos de violência como peças exóticas de práticas culturais ultrapassadas, por outro lado, a semelhança e persistência de situações e estruturas violentas pode dar a impressão de um continuísmo histórico e até mesmo de normatização e naturalização dos mecanismos de violência que perdem, assim, seu caráter de construto social.

[...] Recuperar as narrativas bíblicas perguntando por esta experiência de violência é na verdade fazer a pergunta pelo aspecto discursivo da

violência e seus mecanismos de justificação e naturalização. É da violência sexista do discurso teológico que esta reflexão quer se ocupar. Discurso que mata, silencia e justifica. Até quando?”(pp. 9 e 10).

É preciso questionar, denunciar, levantar-se contra essa legitimação religiosa da violência contra a mulher. Mas também é possível encontrar na religião inspiração e forças para enfrentar nossos medos, fraquezas e dúvidas.

Podemos nos inspirar em Débora (dos textos sagrados judaicos), Madalena (dos textos sagrados cristãos) e Iansã (dos textos sagrados umbandistas e candomblecistas) e perceber ícones de mulheres guerreiras, que negaram seus papéis instituídos como ‘femininos’ e tomaram o lugar que escolheram – lugares considerados exclusivos aos homens.

Nossa grande responsabilidade aqui é a de nunca esquecer o contexto em que vivemos e o que foi cons-

truído durante nossa luta, dentro e fora do mundo religioso. Que a religião não continue sendo usada para reproduzir e legitimar a violência contra a mulher, mas para nos lembrar, nos fazer questionar, denunciar e transformar nossa história, sem perdermos a espiritualidade que escolhemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PEREIRA, Nancy Cardoso. O corpo sob suspeita – Violência sexista no livro de Números. Em: As mulheres e a violência sexista, Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana. Petrópolis, Vozes, 2002.

SOUZA, Sandra Duarte de e LEMOS, Carolina Teles. A casa, as mulheres e a igreja – Gênero e religião no contexto familiar. São Paulo, Fonte Editorial, 2009.

VILHENA, Valéria Cristina. Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2009.

MARI GAILA, TERESA, LUZIA, FERNANDA... NA SOCIEDADE DA BARBÁRIE

Num povoado pobre da Espanha do início do século XX, vivia Mari Gaila. Casada com um sacristão e mãe de uma menina, Mari Gaila pertencia a uma sociedade marcada pela miséria e pela tradicional rigidez religiosa. Com a morte de sua cunhada, uma alcoólatra que vivia a mendigar e ganhar esmolas com o filho deficiente, e a então disputa com a cunhada pela tutela do lucrativo menino órfão, tem início uma reviravolta pessoal e familiar. Mari Gaila segue com o menino a andar por diferentes feiras da região, encantada com o lucro e com uma certa autonomia conquistada. Neste tempo, apaixonou-se e comete adultério com um homem, também casado, enquanto o menino deficiente é embebedado pelos outros mendicantes e morre. No velório do menino, na igreja central da região, Mari Gaila é trazida nua e inicia-se o seu apedrejamento pelos demais moradores do povoado. A selvageria só se interrompe quando seu marido, o sacristão, proclama, em latim,

as chamadas “divinas palavras”: “quem não tem pecados, que atire a primeira pedra”.

O relato descrito acima é um pequeno resumo de Divinas Palavras, uma famosa peça teatral do início do século XX, na qual o dramaturgo espanhol Ramón del Valle-Inclán põe em cena o grotesco e a barbárie das relações humanas da sociedade de sua época. Entre outras questões, Valle-Inclán expõe o atraso e o “medievalismo” de uma sociedade patriarcal e machista que demonizava e agredia as mulheres. Num emaranhado de incessantes crueldades, como tentativa de incesto, tentativa de estupro, a exploração do menino deficiente se-

RAQUEL LIMA CATALANI

FORMADA EM TEOLOGIA PELA UMESP E GRADUANDA LETRAS PELA USP, RAQUEL
É FACILITADORA DA REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE (REJ) EM SÃO
PAULO

(1) WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: Homicídios de mulheres no Brasil. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf.

guida pelo seu embebedamento e assassinato, entre outros, o único fato que choca e desestabiliza a ordem social é o adultério de Mari Gaila. Apenas a mulher é culpabilizada, demonizada e agredida.

Um século depois no Brasil, a cada cinco minutos uma mulher sofre agressões e, entre os dados de 84 países do mundo, o Brasil ocupa o 7º lugar como o país onde mais mulheres são assassinadas¹. Ainda que a luta de nós mulheres pela nossa autonomia e igualdade tenha crescido e avançado com significativas conquistas, os dados estatísticos, as notícias e as nossas vivências cotidianas ainda escancaram esse machismo “medievalista” que insiste em permanecer incrustado em nossa sociedade. Mari Gailas, Fernandas, Patrícias e Franciskas ainda continuam sendo mulheres objeto, propriedade e meras fontes de prazer dos seus parceiros e cônjuges. Continuamos sendo agredi-

das verbalmente em nossos serviços, recebendo salários inferiores, sendo abusadas com gestos, olhares e palavras nas ruas e demais ambientes. Somos agredidas ideologicamente, com as definições do padrão de beleza, de corpo e cabelo perfeitos, que temos que nos ajustar. E ainda, nós temos a culpa pelas agressões que sofremos, como os estupros, afinal, quem mandou nos vestirmos assim, nos comportarmos assim, sairmos em determinados horários? Quem mandou sermos mulheres? Na sociedade da barbárie, são nossos atos que desestabilizam e que merecem ser punidos.

Em meio a essa realidade, no ano de 2006 aconteceu uma significativa mudança na garantia de direitos das mulheres com a criação da Lei Maria da Penha. Pesquisas recentes indicam que, após sua promulgação, 66% das mulheres se sentem mais protegidas. No entanto, elas têm consciência que leis somente não são capazes de acabar com essa violência, questão que fica refletida nos dados de aumento das agressões domésticas nos últimos anos, segundo os quais, aproximadamente, uma em cada cinco mulheres reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. E neste contexto, se faz importante salientar que as maiores taxas de vitimização de mulheres concentra-se na juventude, na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, e que, na última

década, essa foi a faixa em que os casos de violência mais cresceram².

Os dados dessas pesquisas também mostram que cerca de 1/3 das mulheres não fazem a denúncia formal, mas procuram meios alternativos, como as igrejas, para se abrirem e pedirem ajuda. Isso porque as religiões são lugares de abrigo, consolo, conforto; a fé e as comunidades religiosas têm sido refúgios terapêuticos para um grande número de mulheres agredidas. Contudo, o modo com que essa ajuda tem sido oferecida é preocupante, pois os discursos religiosos e fundamentalistas tiveram e continuam a ter grande parte da culpa por essas violências. Uma culpa simbólica, de uma violência que tem início com os discursos reproduzidos por essas instituições. Como uma das grandes responsáveis pela formação do imaginário social, a religião é utilizada para legitimar a submissão das mulheres, a opressão dos seus corpos, ela naturaliza os papéis hierárquicos entre o homem e a mulher estabelecidos pela sociedade patriarcal, afinal, “essa é a sociedade que Deus criou”! Uma violência simbólica que se faz também princípio da violência física.

Diante desses discursos naturalizados, ou seja, a “Palavra de Deus apenas sendo reproduzida”, como mudar? O que fazer? Torna-se fundamental um estudo libertador das Escrituras ou das ordenanças sagradas de cada

religião, uma leitura que desconfie do que aprisiona, do que oprime, e que tenha a vida na essência do seu olhar. As religiões precisam estar a favor da vida e, para que assim elas estejam, muitas vezes se faz necessária uma desconstrução de pensamentos construídos, uma desconstrução de discursos machistas que foram estabelecidos como únicos e naturais durante muitos séculos.

Nesse contexto, também se faz importante evidenciar os esforços exitosos de diversos movimentos pela libertação e defesa da vida das mulheres, um trabalho que tem sido feito com a atenção e os cuidados que questões tão profundas como as religiosas exigem. Organizações feministas, como as Católicas pelo Direito de Decidir, a Marcha Mundial das Mulheres, organizações ecumênicas, como KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, a REJU – Rede Ecumênica da Juventude, são exemplos de organizações que vêm somando forças nessa importante luta pelos direitos sexuais e reprodu-

[2] Dados contidos na Pesquisa DataSenado: “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, divulgada em março de 2013. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/Arquivos/2013/03/pesquisa-sobre-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-1>.

tivos das mulheres e pelo enfrentamento à violência de gênero; são mobilizações que sinalizam resistências e passos criativos na construção de uma sociedade mais justa e que tenha efetivamente os direitos das mulheres garantidos.

Por fim dessa reflexão, relembro Mari Gaila, e meu desejo é que as “divinas palavras”, não as ditas no sagrado latim, mas as exclamadas profanamente nos gritos, nos silêncios e nos corpos das mulheres vítimas, possam ser ouvidas e temidas, num caminho ascendente de efetiva conquista de libertação e autonomia de nossas vidas e corpos.

MOVIMENTO DE MULHERES E AS RELIGIÕES: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Tratar da violência sexista, embora seja um assunto muito antigo, e até tradicional entre o movimento de mulheres, não é tarefa fácil. Primeiro, porque há inúmeras resistências em identificar determinada violência como algo dirigido às mulheres como grupo social e, portanto, fruto de uma relação de desigualdade. Em outras palavras, são muitos os que se negam a reconhecer que a violência sofrida por mulheres não se justifica de nenhuma maneira, mas se apoia na realidade das relações sociais de sexo. Segundo, por uma convivência social com os atos de violência praticados pelos homens, chegando a certa solidariedade que se apoia em justificativas várias como a defesa da honra, “o homem apaixonado fica maluco”, estar sob o efeito de alguma substância entorpecente, etc.

Não é raro que se tente justificar essa violência com argumentos que partem da ideia de que há uma

forma certa das mulheres serem e fazerem as coisas e quando saem dessa ordem merecem ser castigadas de alguma forma. Por exemplo, quando uma mulher sofre uma violência sexual rapidamente alguém pergunta que roupa ela estava usando ou como, possivelmente, se insinuou justificando assim a violência e responsabilizando a vítima.

Frente a isso, há quatro décadas, o Movimento Feminista brasileiro luta para que a violência sexista seja compreendida como um problema político, fundado nas relações de poder entre homens e mulheres e não naturalizada ou tratada como algo privado e sem relevância social.

SARAH DE ROURE

SARAH DE ROURE É BACHAREL EM HISTÓRIA, PELA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, MESTRE EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, PELA UNIVERSIDAD DEL PAIS VASCO E MILOITANTE FEMINISTA DA MARCHA MUNDIAL DE MULHERES

Mas o que é mesmo a violência sexista?

É a violência que as mulheres sofrem pelo simples fato de serem mulheres e que é cometida por um homem, ou por uma instituição, em geral e não por acaso, sob uma direção masculina. Pode ser percebida, portanto, como a expressão mais dura da desigualdade entre homens e mulheres.

Ainda que o espaço familiar e privado seja o principal lugar de violência (a violência doméstica), a violência contra as mulheres afeta todos os âmbitos, públicos e privados. Por isso suas causas não devem ser procuradas nos relacionamentos familiares, mas sim na estrutura patriarcal, nos modelos sociais e na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres. (CARRASCO, 2012).

Alemany, no Dicionário Crítico do Feminismo, define o verbete Violências assim:

“As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na subjetividade.”

O esforço para definir a violência é importante porque muitas vezes na tentativa de visibilizar outras situações de violência, que também precisam ser denunciadas, coloca-se tudo junto. Entretanto, essas têm outra natureza e devem ser enfrentadas a partir da sua especificidade. A violência sexista tem um agressor e uma agredida, e é dessa maneira porque reflete uma relação de poder.

A partir do feminismo, a violência tem sido denunciada como ferramenta de controle do patriarcado sobre a vida das mulheres e, portanto, todas as mulheres são afetadas pela violência sexista.

Um retrato da violência machista no Brasil.

A violência machista no Brasil marca o cotidiano de milhões de mulheres que se vêem sem direitos ou receosas em estar nos espaços públicos, tendo sua liberdade de ir e vir cerceada, sua vida profissional limitada, sua

integridade física e psicológica violadas, ou sua sexualidade controlada.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2010 dá a dimensão da amplitude: 18% das brasileiras reconhecem espontaneamente ter sofrido alguma violência por parte de um homem. Quando estimuladas por uma lista dos diferentes tipos de violência, essa proporção chegou a 40%, ou seja, são cerca de 39 milhões de mulheres em todo o país que sofreram ou sofrem alguma violência por parte de um homem. Uma em cada 10 mulheres já foi espancada pelo menos uma vez na vida.

Neste contexto, a criação da Lei Maria da Penha contribuiu para desnaturalizar e tipificar a violência contra a mulher como um crime. Após seis anos da lei, o grande desafio é implementá-la na prática em todas as suas dimensões. Os obstáculos estão fundados na omissão dos governos que, somada ao machismo presente no sistema judiciário, secretarias de segurança e órgãos afins contribuí para que a Lei Maria da Penha não seja aplicada em sua integralidade. Uma pesquisa Avon/Instituto Ipsos revela que 52% das entrevistadas acreditam que juizes e policiais desqualificam o problema da violência contra a mulher.

Como resposta a essa problemática, o movimento de

mulheres vem debatendo a autonomia como meio para a liberdade das mulheres, questionando as estruturas patriarcais entre as quais a violência de gênero a que todas estão expostas, e também a sobrecarga do trabalho reprodutivo, a concentração da renda nas mãos dos homens e a consequente pauperização das mulheres.

Mas e as Igrejas frente a isso?

A pergunta remete a outras tantas possíveis, mas considerando a denúncia da violência contra as mulheres como um campo de atuação dos movimentos de mulheres é possível pensar em nexos entre estes e as Igrejas? O que poderiam ter em comum esses dois estranhos? Alguma agenda, reivindicação ou método? O que salta aos olhos ao buscar algum elemento comum são as próprias mulheres.

Por um lado, o movimento de mulheres tem como seu sujeito político coletivo as mulheres organizadas em torno a reivindicações

comuns e que com suas práticas questionam a ordem patriarcal.

Do outro lado, as diversas igrejas têm seu cotidiano feito por mulheres, ainda que estas, na maioria das vezes, não tenham permissão para ocupar os espaços de poder religioso. Seu trabalho e dedicação cotidiana é que permitem a vida nos templos.

Nesse sentido, o que as comunidades religiosas têm a dizer sobre a violência que sofrem as mulheres dentro e fora do espaço religioso ao olhar para si mesmas e identificar que são femininas? Essa parece ser uma questão que emerge com pertinência, porém, que permanece sem resposta.

Em 2012, a editora Novos Diálogos publicou na internet um pequeno vídeo com uma fala sobre o que cristianismo e feminismo tinham em comum. A resposta era breve, quase literária e pouco organizada como um argumento teológico ou sociológico e afirmava várias convergências possíveis entre ambos. A despeito do esfor-

ço em afirmar as convergências, as reações negativas por parte de cristãos foram múltiplas. Foram muitos que se dispuseram a comentar o vídeo com tamanha virulência que foi difícil estabelecer um diálogo sobre seu conteúdo.

Retomar o ocorrido ajuda a pensar nas dificuldades de construir pontes entre o religioso e o não religioso, entre um discurso considerado “sagrado” e outro chamado “profano”. Ou até mesmo das enormes barreiras para perceber que vozes fora dos muros religiosos se encarreguem de temas silenciados pelas igrejas.

Um primeiro passo na trajetória do enfrentamento a violência é reconhecer que ela existe e é presente na vida de muitas brasileiras, esperando que tal reconhecimento gere constrangimento entre as lideranças religiosas do país. Além disso dizer respeito às mulheres que são parte de suas comunidades, isso evidencia uma realidade no contexto onde essas religiosidades são exercidas.

Aproximar-se da realidade das mulheres de dentro e de fora das comunidades e reconhecer a violência como algo a ser superado e não suportado é tarefa pendente das igrejas para com suas fiéis e também para com todas as mulheres.

Constranger-se, sofrer a dor do outro, das milhões de mulheres violentadas e espancadas, maltratadas e humi-

lhadas, esse é o desafio que o Movimento de Mulheres lança para toda a sociedade e que deve ser respondido também pelas igrejas.

Aprofundar nessas questões certamente demanda mais do que o esforço de reflexão de uma pessoa contido nesse artigo, mas precisa ser fruto de diálogos entre distintas atrizes e atores sociais em um processo de crítica e autocrítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alemanly, C. In Hirata, H. Dicionario critico do Feminismo. Ed. UNESP.São Paulo, 2009.

Carrasco, C. Estatísticas sob suspeita. SOF, São Paulo 2012.

Fundação Perseu Abramo. Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados São Paulo 2010 [p://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf](http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf)

Marcha Mundial das Mulheres. Documento dirigido à CPMI da Violência.2012

Sempreviva Organização Feminista. Mulheres em Luta por uma vida sem violência São Paulo, 2005. <http://www.sof.org.br/artigos/mulheres-em-luta-por-uma-vida-sem-viol%C3%Aancia>

DEPOIMENTO 100 AMIGAS(OS)

Durante os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres em 2014, a Campanha **“O amor lança fora todo medo”** divulgou impressões de mulheres e homens sobre essa temática, além de ideias e compromissos que mudem comportamentos que geram violência.



“É preciso a gente se dar conta de que a violência contra a mulher (tal como contra qualquer outro ser vivo que não se aperceba de que está sendo violentado) tem uma dimensão oculta, silenciosa, que se imiscui nas relações de quem com ela tem contato ou tem poder para afetar as condições em que ela vive. É uma atitude disfarçada, presente em palavras, em olhares, em articulações em preparo, em propostas políticas e institucionais que de alguma forma irão acabar em prejuízo para sua autonomia, que diminuirão o seu valor, perante os olhos dos outros e, pior, perante os seus próprios olhos. A pessoa vai perdendo o respeito próprio, sua capacidade de assumir o lugar que legitimamente lhe cabe. Vai perdendo as oportunidades que estão abertas diante dela, e que, por isso, são usurpadas por quem está mais atento para isso. Esta violência, a oculta, a dissimulada, a violência que se insinua em relações aparentemente respeitadas, é tão grave, se não mais, quanto a violência gritante que toda gente percebe. Esta é a violência que precisa mais ser ainda mais denunciada e combatida”. *Sérgio Marcus Pinto Lopes é Pastor Metodista.*

“Enquanto as mulheres continuarem sendo consideradas acessórios e cidadãs de segunda classe, não haverá caminhos possíveis para uma sociedade mais justa. Por isso é que eu tenho muito orgulho do trabalho que Christian Aid apoia no Brasil junto a organizações ecumênicas como KOINONIA. É preciso dar espaço a essas vozes vinda das comunidades de fé que questionam normas e padrões sociais e culturais arraigados e que são usados para justificar e reforçar a desigualdade entre homens e mulheres.” *Ana Rocha é assessora de Christian Aid no Brasil.*

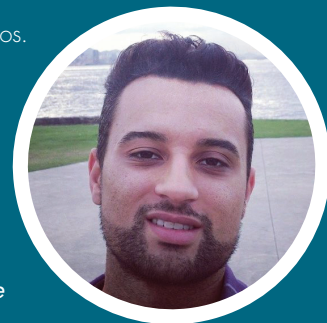




“Sexo forte? Quem? O homem? Acho que não! Eu não posso acreditar que quem usa da força para agredir física e psiquicamente uma mulher, de forma alguma pode ser considerado como forte, pois isso é uma tremenda covardia, uma fraqueza inaceitável. Maltratar alguém é algo que já deveria te sido instinto a muito tempo, imagina uma mulher. Deixo aqui o meu repúdio aqueles que ainda teima em praticar esses atos hediondo e promessa de lutar por uma sociedade em que a mulher seja respeitadas e valorizada como elas merecem.” *Raimundo Manoel é liderança quilombola de Orocó-PE*

- O estupro corretivo que as lésbicas são acometidas é uma grave violação dos direitos humanos.
- A violência contra as mulheres é uma forma de discriminação e uma violação de direitos humanos.
- A violência contra as mulheres passou do plano privado para o domínio público e tornou-se uma responsabilidade do Estado, graças, em grande medida, ao trabalho realizado ao nível das comunidades pelas associações e movimentos de mulheres, em todo o mundo.
- O não respeito do nome social das(os) travestis é uma violação de direitos humanos.”

Pierre Freitaz é militante LGBT e Coordenador da Rede Paulista de Controle Social da Tuberculose





“Eu acredito que a violência é um dos frutos da nossa fragilidade emocional, que sempre deixam marcas que vão além do físico, pois ferem almas e gerações. É inaceitável que o homem, em pleno século XXI, utilize deste recurso, para impor seus desejos sobre outros, por qualquer razão que não seja Amor. Acredito que somente somos vítimas da violência quando nos submetemos a acreditar que por sermos mulheres, somos frágeis. Logo, reféns da força física ou psicológica. Eu acredito podemos ser muito melhores, juntos: homens e mulheres. Utilizando nossas mãos para acolher e construir, um diálogo de amor sob a forma de *Ágape*, capaz de transformar palavras em gestos concretos.” *Vânia Lúcia de Oliveira é pedagoga.*

“Como comunidades de fé precisamos ir além das explicações simplistas que justificam a cultura patriarcal da violência contra a mulher, precisamos ir além das respostas fáceis, que não causam inquietudes. Precisamos, expressar nosso compromisso em sermos espaços de seguros para mulheres assumindo posturas claras e voz profética de denúncia de todas as interpretações religiosas que legitimam a violência de gênero. Que nossa voz se junte à voz dos movimentos de mulheres no aumento de recursos para políticas de prevenção à violência contra as mulheres”.
Romi Márcia Bencke é Secretária Geral do (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil)



KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

COMPLETA DUAS DÉCADAS EM 2014 E INICIA A ORGANIZAÇÃO DA REDE RELIGIOSA DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. APOSTANDO NO POTENCIAL DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS PARA O ACOHLIMENTO, BUSCA TRANSFORMÁ-LAS EM ESPAÇOS DE INFORMAÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES DE DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS. PARA ISSO, A REDE SE PROPÕE A DISCUTIR RELAÇÕES DE GÊNERO COM LIDERANÇAS RELIGIOSAS DE DIFERENTES TRADIÇÕES PARA QUE ESSAS INCIDAM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

www.koinonia.org.br

